

Conversão da dívida: a regra vai mudar.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, afirmou ontem que o governo vai alterar a regra que vincula a conversão da dívida externa à existência de bônus ou à adesão dos bancos a um esquema de bônus, durante entrevista aos jornalistas Celso Ming e Antônio Carlos de Godoy, no programa "Economia a Quatro Mãos", da **Rádio Eldorado**. Segundo o ministro, o governo reconhece que a resolução aprovada pelo Conselho Monetário Nacional sobre a conversão da dívida contém algumas dificuldades, "alguns complicadores que cumpre eliminar. Nós já dispomos de autorização do presidente da República para levar ao Conselho Monetário Nacional uma proposta de eliminação dessas dificuldades".

Maílson da Nóbrega disse que uma das modificações atingirá a regra sobre os bônus, "pois estamos convencidos de que conversão da dívida é uma coisa e bônus é outra. Eles devem seguir cursos distintos, uma coisa não deve estar vinculada a outra".

O ministro admitiu que isso tornará o processo de conversão da dívida mais rápido para as empresas de capital aberto. "Na medida em que descomplicamos o processo de conversão, é claro que vão fluir mais recursos para o mercado de ações. A Comissão de Valores Mobiliários nos informou, na semana passada, que já há propostas de conversão de US\$ 600 milhões para investimentos em fundos de ações", assegurou o ministro. O Banco Central já iniciou os estudos e o ministro espera apresentar as modificações já na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, provavelmente na última semana de janeiro.

Sobre o acordo conseguido pelo México para converter em títulos aproximadamente US\$ 20 bilhões da dívida externa, utilizando parte de suas reservas, Maílson da Nóbrega disse que o esquema pôde ser feito porque os mexicanos têm reservas de US\$ 15 bilhões, o que não acontece com o Brasil atualmente. Em um futuro próximo, quando o País acumular reservas suficientes, terá condições de fazer um esquema semelhante, explicou.

Com relação ao capital estrangeiro, Maílson disse que o Brasil chegou a atrair US\$ 2 bilhões por ano em investimentos, mas em 1987 praticamente não captou nada. Por isso, é objetivo do governo criar condições para que as multinacionais voltem a investir no País. Para Maílson, a posição do governo é clara: o País só tem a ganhar atraído capitais estrangeiros. Lembrou que temos uma legislação estável, que já tem um quarto de século sem grandes mudanças, que o Brasil é um país de grande potencial e já se beneficiou enormemente da participação estrangeira em seu desenvolvimento.

De acordo com o ministro da Fazenda, não será preciso baixar decretos para voltar a atrair o capital estrangeiro, mas que se restabeleça a credibilidade no País, que as regras sejam estáveis e que se crie um ambiente favorável ao desenvolvimento. Ele acha que há algumas exigências para isso: "se fizermos uma negociação adequada da dívida externa, se voltarmos a receber recursos das entidades internacionais, se o Brasil tiver acesso — como esperamos que tenha — ao mercado japonês. O governo japonês está criando um programa de ajuda aos países endividados do Terceiro Mundo e esse pode ser um apoio importante para a realização de projetos que não têm financiamento hoje e que são importantes, como os de transportes urbanos, de irrigação do Nordeste, da ampliação da capacidade energética etc."